

De denúncias contra Samuel Klein à recuperação judicial: relembre a história das Casas Bahia

Redação

No domingo, 16, grupo fundado pelo polonês radicado no Brasil protocolou um pedido de recuperação judicial, com R\$ 17,322 bilhões em dívidas sujeitas ao processo

O Grupo Casas Bahia anunciou, no fim da noite de domingo, 16, que protocolou um pedido de recuperação judicial no Juízo de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo, com R\$ 17,322 bilhões em dívidas sujeitas ao processo.

Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa afirmou que o pedido ocorre em um contexto de deterioração das condições econômico-financeiras, atribuindo o cenário, entre outros fatores, a um ambiente macroeconômico marcado por taxas de juros elevadas, restrição de crédito, aumento do custo financeiro e pressão sobre o consumo e o capital de giro.

A Casas Bahia foi fundada em 1957, em São Caetano do Sul, pelo polonês Samuel Klein, que havia chegado ao Brasil cinco anos antes. Inicialmente, a loja vendia itens de cama, mesa e banho, mas depois adicionou eletrodomésticos e móveis ao catálogo, com foco no público de baixa renda e no crediário próprio, que permitia compras parceladas.

Nos anos 1970, a empresa expandiu-se para a capital e o litoral paulista. A primeira loja fora do Estado de São Paulo foi inaugurada em 1993, em Minas Gerais. Dois anos depois, começou a expansão para o Rio de Janeiro, por meio da compra da rede Garson, além de avançar para Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. No início dos anos 2000, chegou a Goiás e Distrito Federal, alcançando a marca de 300 lojas.

Em 2009, o Grupo Pão de Açúcar (GPA) comprou o controle do Ponto Frio e, meses depois, fechou um acordo de associação com as Casas Bahia. No ano seguinte, os ativos operacionais das Casas Bahia, incluindo lojas, marca, centros de distribuição, estoques, crediário e a fábrica de móveis Bartira, foram incorporados à Globex, controladora do Ponto Frio. Em 2012, a companhia passou

a se chamar Via Varejo.

Ações e denúncias de exploração sexual

A família Klein permaneceu como acionista relevante da Via Varejo até 2013, quando vendeu parte de suas ações e reduziu a participação na companhia. No ano seguinte, Samuel morreu, aos 91 anos, em decorrência de insuficiência respiratória.

Em 2019, o GPA decidiu vender toda a sua participação na Via Varejo por meio de um leilão na B3. As ações foram pulverizadas entre investidores no mercado, e a Via Varejo passou a ser uma “corporation”, ou seja, uma companhia aberta sem um acionista controlador definido.

Em 2021, reportagens da Agência Pública trouxeram denúncias de crimes sexuais envolvendo Samuel. Segundo as denúncias, mulheres relataram ter sido vítimas de um suposto esquema de exploração sexual de meninas e adolescentes que teria funcionado durante décadas e utilizado, entre outros locais, a sede da empresa em São Caetano do Sul.

Após as revelações, o Ministério Público do Trabalho (MPT) abriu um inquérito, que corre sob sigilo de Justiça, para apurar possíveis responsabilidades das Casas Bahia.

Ainda em 2021, a companhia passou a se chamar Via. Dois anos depois, mudou para Grupo Casas Bahia, com “o objetivo de resgatar a força do DNA, o pioneirismo e o impacto da sua principal bandeira no varejo brasileiro”, segundo a empresa. Na mesma época, também retomou o slogan “Dedicação total a você”, criado nos anos 1970.

Em 2024, o Grupo Casas Bahia anunciou um pedido de recuperação extrajudicial para reestruturar dívidas estimadas em R\$ 4,1 bilhões. Diferentemente da recuperação judicial, o plano havia sido previamente negociado com os principais credores da companhia e foi levado à Justiça para homologação.

Em 2025, a Mapa Capital assumiu o controle da varejista, com cerca de 85,5% do capital, após converter debêntures em ações em uma operação que reduziu a dívida corporativa em R\$ 1,6 bilhão. Embora classifique a renegociação como “exitosa”, a empresa afirmou que as dificuldades econômico-financeiras persistiram.

Fechamento de lojas e 3 mil demissões

No domingo, o Grupo Casa Bahia divulgou seu balanço, após dois adiamentos, e afirmou ter registrado prejuízo líquido contábil de R\$ 10,1 bilhões no segundo trimestre, fortemente afetado por efeitos não recorrentes. O prejuízo ajustado ficou em R\$ 978 milhões, alta de 76,2% em um ano.

Em meio à deterioração dos resultados, a varejista fechou 298 lojas e demitiu cerca de 3 mil funcionários. No fim da noite de domingo, a companhia confirmou que entrou com um pedido de recuperação judicial, com R\$ 17,322 bilhões em dívidas sujeitas ao processo. A ação inclui a companhia e nove subsidiárias e foi apresentada à Justiça de São Paulo no domingo.

Do volume total de recursos sujeitos à recuperação judicial, R\$ 16,414 bilhões correspondem a dívidas quirografárias - ou seja, sem garantia real. Outros R\$ 754,5 milhões são dívidas trabalhistas, enquanto R\$ 153,8 milhões são devidos a microempresas e empresas de pequeno porte.

Na petição, a Casas Bahia afirmou enfrentar “a pior crise financeira desde a sua fundação”. Segundo a empresa, a situação decorre da alta dos juros, da inflação, da perda de poder de compra das famílias e do aumento da inadimplência, além dos investimentos realizados em tecnologia, logística e comércio eletrônico.

<https://www.estadao.com.br/economia/de-denuncias-contrasamuelklein-a-recuperacao-judicial-relembre-a-historia-das-casas-bahia-npr/>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Estadão

Seção: São Caetano